

Os caminhos da Justiça

Por Anna Schlidt · 19/04/2016

Livro apresenta experiências e análises sobre a utilização de estratégias jurídico-judiciais para a garantia de direitos humanos face à atuação violadora de grandes empresas

Aproveitamos a entrega do [Prêmio Goldman a Máxima Acuña](#) para lançar esta publicação.

[embedyt] http://www.youtube.com/watch?v=C_qt3D19ENY[/embedyt]

“Yo soy una jalqueñita, que vivo en las cordilleras. Pasteando mis ovejas en neblina y aguacero. Cuando mi perro ladraba, la policía llegaba. Mis chocitas las quemaron, mis cositas las llevaron. Comidita no comía, solo agüita yo tomaba. Camita yo no tenía, con pajitas me abrigaba. Por defender mis lagunas, la vida quisieron quitarme. Ingenieros, seguritas, me robaron mis ovejas, caldo de cabeza tomaron, en el campamento de Congo. Si con esto, adiós, adiós, hermosísimo laurel, tú te quedas en tu casa, yo me voy a padecer”.

[Na-Justica_WEB-1](#)

O “desenvolvimento” como equivalência de “bem estar”, “prosperidade” e “modernidade”, ou ainda, o conceito de “crescimento” como perspectiva de superação das profundas desigualdades sociais que marcam a América Latina desde o período colonial, virou um mantra entoado tanto pelos governos quanto por demais interesses internos e externos que atuam sobre as políticas

econômicas da região.

A engenharia financeira que visa possibilitar tal crescimento e desenvolvimento (preferencialmente ilimitados) tem na exploração dos bens naturais um dos seus principais pilares, a despeito dos reveses que o extrativismo intensivo impõe aos territórios explorados – como a interferência, recorrentemente de maneira brutal, nos modos de vidas das populações afetadas, no meio ambiente e, por vezes, nas próprias legislações domésticas.

O aumento de violações estatais e privadas (ou ainda público- -privadas) de direitos humanos em territórios ocupados por grandes projetos extrativos na América Latina vem intensificando, por um lado, os questionamentos sobre o modelo desenvolvimentista – e sobre o próprio conceito de desenvolvimento – adotado por grande parte dos governos da região. Por outro, também têm se fortalecido os intercâmbios de populações afetadas sobre instrumentos e métodos de defesa e resistência.

E é neste âmbito que ocorre o debate sobre a eficácia de estratégias jurídico-judiciais na luta contra violações e/ou por direitos em situações de grave conflito. Ou seja, em conjunturas onde o Judiciário nem sempre atua de maneira imparcial nos contenciosos entre poder econômico e comunidades violadas, há sentido em apelar ao sistema judicial?

[Na-Justica-Mapa](#)

Responder a este questionamento é um dos objetivos desta publicação. Em junho de 2013, a Fundação Rosa Luxemburgo promoveu um primeiro seminário internacional sobre Megamineração na América do Sul¹. Como consequência deste debate, em abril de 2014 uma parceria entre a Rosa Luxemburgo, a Rede Justiça nos Trilhos (JnT) e a Justiça Global (JG) viabilizou na cidade de São Paulo, Brasil, um encontro de advogados e advogadas de dez países, atuantes em causas que

envolvem violações de direitos humanos provocadas por grandes empresas mineradoras. O encontro fez parte de um processo de articulação, debate e troca de experiências sobre as possibilidades de acionamento judicial para proteger direitos de populações atingidas pela instalação de grandes empreendimentos minerários, representando um passo importante na consolidação de uma aliança entre os atores do Sul que litigam contra estes empreendimentos.

Certos de que reunir e publicar relatos destes processos de resistência, que têm por base a atuação jurídica, é uma importante contribuição para o debate sobre responsabilização de empresas em âmbito nacional e internacional, apresentamos aqui artigos de militantes da Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Costa Rica, Colômbia, Honduras, Peru e Estados Unidos. Trata-se de articular a utilização das estratégias jurídicas com a mobilização social que, combinadas, podem movimentar um debate jurídico e político, em nível doméstico e internacional, sobre empresas como sujeitos de obrigações.

Assim, esperamos que esta publicação possa contribuir tanto com reflexões quanto com informações sobre instrumentos de litígio e processos legais para organizações e defensores de direitos humanos que atuam nos territórios afetados por projetos de megamineração.

Título: NA JUSTIÇA: Instrumentos de litígio e defesa de comunidades afetadas pela mineração

Autores: Guilherme Zagallo, Aianny Naiara Gomes Monteiro, Danilo Chammas, Dora Lucy Arias, Diana Milena Murcia, Álvaro Toro, Enrique Viale, Edgardo Vinicio Araya Sibaja, Mirtha Vásquez, Donald Hernández

Palma, Larissa Pirchiner de Oliveira Vieira, Patrícia Generoso Thomaz Guerra, Alexandra Montgomery, Fernanda Fernandes, Juliana Barros, Sandra Carvalho, Alexandra Montgomery, Amanda Lyons e Karyn Keenan.

ISBN: 978-85-68302-04-0

Organização: Fundação Rosa Luxemburgo, Justiça Global e Justiça nos Trilhos

São Paulo 2015, 160 páginas

Baixe a publicação sem custos (formato PDF)

A distribuição do livro impressa também é gratuita – há somente o custeio do frete. Caso haja interesse em receber um exemplar, entre em contato com [\[email protected\]](#).